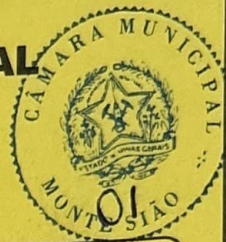




CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE SIAO - MG

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL



PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 12/2023

Ementa: "Dispõe sobre o Regime de Adiantamento de Despesas no âmbito da Câmara Municipal de Monte Sião".

Autoria: Mesa Diretora.

Protocolo nº: 1422/23

Natureza: Projeto

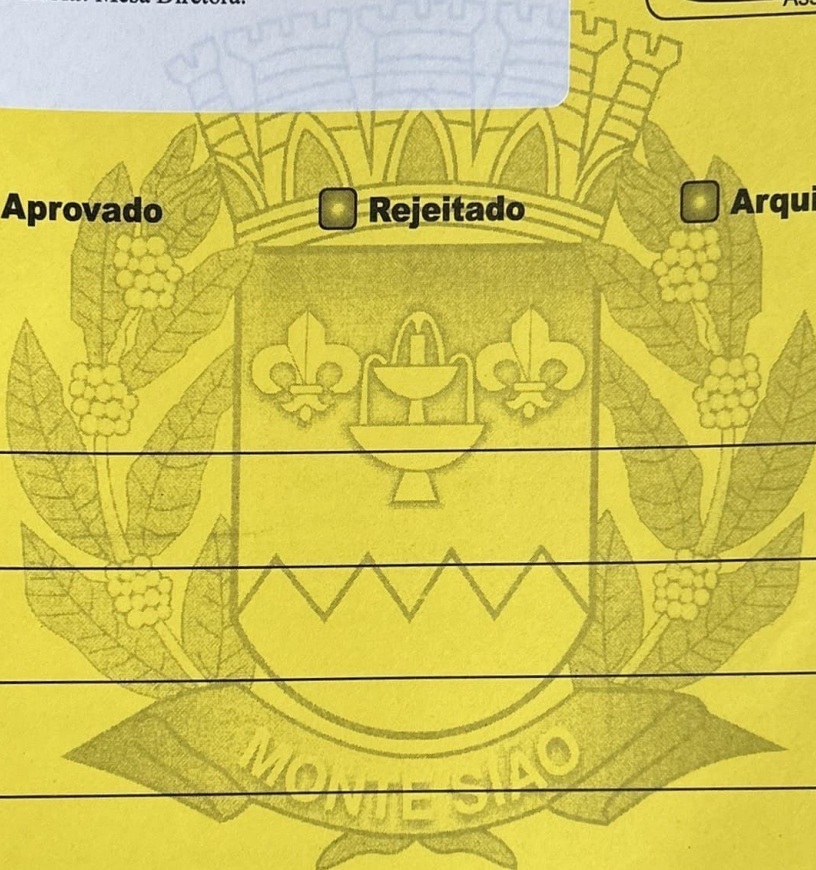
Data: 29 / 11 / 23

Elton Antonio
Assinatura

☒ **Aprovado**

☐ **Rejeitado**

☐ **Arquivado**



AUTUAÇÃO:

Aos 29 dias do mês de Novembro de 2023, nesta cidade de Monte Sião, na Secretaria da Câmara, autuo o presente Projeto sob nº 12/2023, como adiante se vê. Do que constar, faço este termo.

Eu, Elton Antonio Danizete Severina, o escrevi.



Câmara Municipal de Monte Sião

Estância Hidromineral - Capital Nacional da Moda Tricô
CEP: 37.580-000 - Estado de Minas Gerais



PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 12/2023



Câmara Municipal de Monte Sião-MG.

Protocolo Nº 1422/2023

Data: 29/11/2023 Hora: 16:34:18

Natureza: Projeto

“Dispõe sobre o Regime de Adiantamento de Despesas no âmbito da Câmara Municipal de Monte Sião.”.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE SIAO, ESTADO DE MINAS GERAIS, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, APROVA, E EU, PROMULGO A SEGUINTE RESOLUÇÃO:

CAPÍTULO I DO ADIANTAMENTO

Art. 1º - Considera-se Adiantamento de Despesa, para fins desta Resolução, a entrega de recurso a vereador ou servidor para o fim de realizar despesas que, por sua natureza, não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação, nos seguintes casos:

I – despesas judiciais ou cartorárias com urgência justificada;

II - despesas pequenas de Pronto Pagamento realizadas dentro e fora dos limites territoriais do Município;

Art. 2º - Para fins do disposto nesta Resolução, consideram-se despesas pequenas de Pronto Pagamento aquelas classificáveis como material de consumo e serviços de terceiros, para atender, exclusivamente, despesas que se destinem a:

I - aquisição de material de consumo e prestação de pequenos serviços necessários à manutenção e ao funcionamento das atividades específicas da Câmara Municipal;

II - despesas que exijam ações imediatas, em situações de emergência e que envolvam solução de problemas que possam acarretar prejuízos ao funcionamento das atividades da Câmara Municipal.

Art. 3º - É vedada a realização de despesas pelo regime de adiantamento nos seguintes casos:



Câmara Municipal de Monte Sião

Estância Hidromineral - Capital Nacional da Moda Tricô
CEP: 37.580-000 - Estado de Minas Gerais



I – Aquisição de material de uso ou consumo a longo prazo, com manutenção de estoque próprio;

II – Aquisição de equipamentos e materiais permanentes que por suas características ou natureza, exijam o registro no Setor de Patrimônio, classificada como despesa de capital;

III - serviços de terceiros ou fornecimentos que possam ser atendidos mediante contrato formal;

IV - ajuda de custo;

V - aquisição de combustível dentro do limite territorial do Município;

VI - pagamento de multas por infração à legislação de trânsito, as quais serão suportadas pelo vereador ou servidor responsável.

§ 1º - É vedada a aplicação do adiantamento em despesa de classificação diversa daquela para o qual foi o mesmo autorizado.

§ 2º - Não será concedido adiantamento com prazo de aplicação após o exercício financeiro correspondente.

Art. 4º - Nenhum adiantamento poderá ser superior ao limite de 2% (dois por cento) do valor estabelecido no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, com suas alterações posteriores.

Parágrafo Único - A somatória anual dos adiantamentos previstos neste capítulo, não poderão ultrapassar o percentual de 20% (vinte por cento) do estabelecido no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

CAPÍTULO II DO ADIANTAMENTO DE DESPESAS PARA VIAGENS TERRESTRES

Art. 5º - As despesas com pedágios, estacionamento, combustíveis, taxis, passagens terrestres, transportes urbanos e demais despesas imprevisíveis durante a realização de viagens oficiais, serão objeto de Adiantamento de Despesa que deverão ser solicitadas com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis, por meio de formulário próprio, o qual conste informações mínimas, na forma estabelecida no art. 8º desta Resolução.

CAPÍTULO III DO ADIANTAMENTO DE DESPESAS PARA VIAGENS AÉREAS



Câmara Municipal de Monte Siao

Estância Hidromineral - Capital Nacional da Moda Tricô
CEP: 37.580-000 - Estado de Minas Gerais



Art. 6º - As despesas com passagens aéreas serão objeto de Adiantamento de Despesa que deverão ser solicitadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis por meio de formulário próprio, o qual conste informações mínimas, na forma estabelecida no art. 8º desta Resolução.

CAPÍTULO IV DO PROCEDIMENTO PARA SOLICITAÇÃO DO ADIANTAMENTO

Art. 7º - A concessão de Adiantamento está condicionada às seguintes etapas:

I - A requisição de Adiantamento de Despesa será realizada à Diretoria Geral, que processará o requerimento com base na análise do cronograma mensal de desembolso, observados os prazos e limites fixados na presente resolução, e encaminhará ao Controle Interno para que este analise e diligencie quanto a despesa de adiantamento.

II - Considerado legítimo o requerimento de Adiantamento pelo Controle Interno, bem como se observado os prazos e limites estabelecidos, o pedido será encaminhado à Presidência da Câmara para apreciação.

III - Deferido o requerimento de Adiantamento de Despesa pela Presidência da Câmara, a solicitação será encaminhada ao Setor de Contabilidade para empenho em dotação orçamentária própria, emitidas a favor de cada responsável por adiantamento.

IV - Indeferido o requerimento ou considerado ilegítimo, será este arquivado.

Art. 8º - No formulário de requerimento deverá constar no mínimo:

- I - data do requerimento;
- II - nome do requerente;
- III - cargo do requerente;
- IV - finalidade e justificativa da despesa;
- V - data e horário de saída e retorno, quando for o caso;
- VI - data prevista para utilização da despesa pequena de Pronto

Pagamento;

- VII - valor solicitado;
- VIII - dados para pagamento;
- IX - Assinatura do Requerente.

CAPÍTULO V DA PRESTAÇÃO DE CONTAS



Câmara Municipal de Monte Sião

Estância Hidromineral - Capital Nacional da Moda Tricô
CEP: 37.580-000 - Estado de Minas Gerais



Art. 9º - A prestação de contas dos recursos provenientes de adiantamentos, bem como a respectiva liquidação da despesa, deverá ocorrer no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do término do período autorizado de utilização da despesa.

§ 1º - Os saldos dos adiantamentos não utilizados serão recolhidos à conta corrente da Câmara Municipal de Monte Sião, mediante depósito identificado onde constará o nome do responsável.

§ 2º - Para fins de fechamento de exercício, a devolução de saldo de numerário e a prestação de contas do adiantamento deverão ser realizadas até o dia 20 de dezembro.

Art. 10 - A prestação de contas será feita pelo destinatário do recurso e para cada adiantamento recebido, a qual deverá ser devidamente instruída de conformidade com os elementos e critérios estabelecidos nesta resolução e nas normas específicas a serem baixadas pelo órgão de Controle Interno da Câmara Municipal de Monte Sião.

§ 1º - As despesas de adiantamento somente serão consideradas regulares mediante apresentação de documentos fiscais válidos e aceitos pelo Setor de Contabilidade da Câmara Municipal, juntamente com o relatório resumido das despesas realizadas, a serem analisadas pelo Controle Interno.

§ 2º - Consideram-se documentos fiscais válidos para efeitos desta resolução, notas e cupons fiscais, que contenham no mínimo a razão social da empresa, endereço, número do CNPJ ou CPF no caso de pessoa física, bem como o valor unitário e total pago e a descrição do serviço e/ou produto.

§ 3º - Os comprovantes da prestação de contas do adiantamento deverão estar de acordo com o objetivo do adiantamento, sob pena de ser considerado irregular a despesa.

Art. 11. As prestações de contas serão encaminhadas pelos responsáveis pelo adiantamento ao órgão de Controle Interno da Câmara Municipal de Monte Sião dentro do prazo estipulado no art. 9º da presente resolução.

§ 1º - Vencido o prazo, pelo atraso na prestação de contas, o responsável pela solicitação ficará automaticamente impedido de solicitar novo adiantamento pelo período de 30 (trinta) dias, a contar de quando se findou o estipulado no art. 9º desta resolução.

§ 2º - Caberá ao Controle Interno verificar a tempestividade e comunicar a Diretoria Geral da sanção prevista no parágrafo anterior, devendo ainda intimar, formalmente, o responsável pelo adiantamento, no primeiro dia útil subsequente ao do vencimento do prazo,



Câmara Municipal de Monte Sião

Estância Hidromineral - Capital Nacional da Moda Tricô
CEP: 37.580-000 - Estado de Minas Gerais



para fazê-lo em até 02 (dois) dias, contados a partir da data de recebimento da referida intimação.

§ 3º - Recebida a prestação de contas e constatada a ocorrência de erros de natureza formal, despesas irregulares ou em desacordo com esta resolução, o Controle Interno abrirá ao responsável pelo adiantamento, prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, para a necessária retificação, sob pena de aplicação do disposto no § 1º.

§ 4º - Não sendo atendida a intimação de que tratam os §§ 2º e 3º deste artigo, será imediatamente instaurada pelo Controle Interno procedimento de Tomada de Contas Especial, observando-se o estabelecido pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

§ 5º - As contas rejeitadas, total ou parcialmente, face à constatação de prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte dano ao erário, também acarretarão a instauração de Tomada de Contas Especial a que se refere o § 4º deste artigo, bem como impedirá o responsável pelo adiantamento de realizar nova solicitação até que seja restituída a quantia correspondente e seja a Câmara Municipal devidamente reparada.

§ 6º - O Controle Interno adotará as mesmas providências contidas no parágrafo anterior, quando constatar que o responsável pelo adiantamento se omitiu no dever de prestar contas.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12 - Os processos e demais expedientes relativos aos adiantamentos ficarão arquivados à disposição do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Art. 13 - O Controle Interno da Câmara Municipal de Monte Sião expedirá normas específicas com relação à aplicação e prestação de contas dos recursos concedidos a título de adiantamento, bem como dos modelos a serem utilizados para requisição e respectiva prestação de contas.

Art. 14 - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Resolução nº 467, de 05 de dezembro de 2017.



Câmara Municipal de Monte Sião

Estância Hidromineral - Capital Nacional da Moda Tricô
CEP: 37.580-000 - Estado de Minas Gerais



Sala das Sessões, em 29 de Novembro de 2023.

PLATINI DOS SANTOS PEREIRA
PRESIDENTE DA CÂMARA

MAURÍCIO ZUCATO JÚNIOR
VICE-PRESIDENTE

ANGÉLICA ARTUSO DE SOUZA
1º SECRETÁRIA

DECIO FRED
2º SECRETÁRIO





Câmara Municipal de Monte Sião

Estância Hidromineral - Capital Nacional da Moda Tricô
CEP: 37.580-000 - Estado de Minas Gerais



JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Resolução nº 12/2023, de autoria da Mesa Diretora, que dispõe sobre adiantamento de despesas da Câmara Municipal de Monte Sião emerge da necessidade premente de otimizar a gestão financeira, assegurando a continuidade das atividades legislativas e administrativas de forma eficiente e ágil.

A agilidade nas atividades legislativas e administrativas é crucial para o cumprimento das responsabilidades da Câmara. A flexibilidade proporcionada pelo adiantamento de recursos é uma resposta eficaz a necessidades imprevistas ou urgentes ao longo do exercício financeiro, contribuindo para a eficácia na alocação de recursos.

Tal flexibilização é acompanhada da necessária transparência e a prestação de contas, que são princípios fundamentais incorporados no projeto, através de mecanismos robustos de controle e fiscalização para garantir o uso adequado dos adiantamentos, assegurando conformidade com as diretrizes estabelecidas no projeto.

Dessa forma, o projeto de resolução para adiantamento de despesas da Câmara Municipal de Monte Sião se apresenta como uma resposta estratégica e equilibrada para atender às demandas operacionais, financeiras e legislativas da instituição, promovendo eficiência, transparência e responsabilidade na gestão de recursos públicos.

Neste sentido, pedimos o apoio dos nobres Edis desta Câmara Municipal para aprovação deste projeto de Resolução.

Sala das Sessões, em 29 de Novembro de 2023.

PLATINI DOS SANTOS PEREIRA
PRESIDENTE DA CÂMARA

MAURÍCIO ZUCATO JÚNIOR
VICE-PRESIDENTE

ANGÉLICA ARTUSO DE SOUZA
1º SECRETÁRIA

DECIO FRED
2º SECRETÁRIO



Câmara Municipal de Monte Sião

Estância Hidromineral - Capital Nacional da Moda Tricô
CEP: 37.580-000 - Estado de Minas Gerais

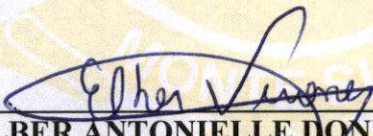


CONCLUSÃO

Em 29 de novembro de 2023, no Setor de Protocolo da Câmara Municipal de Monte Sião, faço concluso o **Projeto de Resolução nº 12/2023** ao Sr. Presidente desta Casa de Leis para fins de despacho às Comissões Permanentes, e para constar lavrei este termo.

Atesto que o prazo para despacho é até 06 de dezembro de 2023, nos termos do art. 115 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Monte Sião.

Monte Sião, em 29 de novembro de 2023.


ÉLBER ANTONIELLE DONIZETE VERONEZ
AGENTE ADMINISTRATIVO I



Câmara Municipal de Monte Sião

Estância Hidromineral – Capital Nacional da Moda Tricô
CEP: 37.580-000 - Estado de Minas Gerais



Ofício Nº 270/2023

Assunto: Despacho

Data: 05/Dezembro/2023

Prezados Vereadores,

Pelo presente, ficam despachados, na forma do art. 115 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Monte Sião (Resolução nº 514, de 07 de novembro de 2023), os seguintes projetos, inicialmente à Procuradoria Jurídica, e em seguida às comissões respectivamente designadas, para emissão de parecer no prazo previsto no art. 57, inciso III do texto regimental, concernente a 30 dias corridos:

- Projeto de Lei Ordinária nº 126/2023, do Poder Executivo Municipal.

Ementa: “Altera a Lei nº 2.790 de 28 de dezembro de 2021 que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio de 2022/2025, a Lei nº 2.922 de 21 de dezembro de 2022 - Lei de Diretrizes Orçamentárias e autoriza a abertura de crédito adicional especial no orçamento vigente.”. (Comissão de Justiça e Redação; Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária Externa; Comissão de Saúde e Assistência Social).

- Projeto de Lei Ordinária nº 127/2023, do Poder Executivo Municipal.

Ementa: “Altera o art.1º da lei nº 2.934 de 31 de janeiro de 2023, que “Autoriza a concessão de subvenções sociais e auxílios às entidades que especifica e estabelece outras providências”. (Comissão de Justiça e Redação; Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária Externa; Comissão de Saúde e Assistência Social).

- Projeto de Lei Ordinária nº 128/2023, do Poder Executivo Municipal.

Ementa: “Altera a Lei nº 2.790 de 28 de dezembro de 2021 que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio de 2022/2025, a Lei nº 2.922 de 21 de dezembro de 2022 - Lei de Diretrizes Orçamentárias e autoriza a abertura de crédito adicional especial no orçamento vigente.”. (Comissão de Justiça e Redação; Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária Externa; Comissão de Saúde e Assistência Social).

- Projeto de Lei Ordinária nº 129/2023, do Poder Executivo Municipal.

Ementa: “Altera a Lei nº 2.790 de 28 de dezembro de 2021 que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio de 2022/2025, a Lei nº 2.922 de 21 de dezembro de 2022 - Lei de Diretrizes Orçamentárias e autoriza a abertura de crédito adicional especial no orçamento vigente.”. (Comissão de Justiça e Redação; Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária Externa; Comissão de Saúde e Assistência Social).

- Projeto de Resolução nº 12/2023, da Mesa Diretora.

Ementa: “Dispõe sobre o Regime de Adiantamento de Despesas no âmbito da Câmara Municipal de Monte Sião”. (Comissão de Justiça e Redação).



Câmara Municipal de Monte Sião

Estância Hidromineral – Capital Nacional da Moda Tricô

CEP: 37.580-000 - Estado de Minas Gerais

- **Projeto de Resolução nº 13/2023**, da Mesa Diretora. Ementa: “Dispõe sobre a concessão de diárias para servidores e vereadores da Câmara Municipal de Monte Sião, de acordo com a Lei nº 1.947/2010”. (Comissão de Justiça e Redação).

Na oportunidade, renovamos votos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

PLATINI DOS
SANTOS
PEREIRA:054 40
50857640

Assinado de forma
digital por PLATINI
DOS SANTOS
PEREIRA:054508576

Dados: 2023.12.05
13:16:21 -03'00'

Platini dos Santos Pereira
Presidente da Câmara

Exmos. Srs.
Vereadores da 19ª Legislatura
Monte Sião-MG



Câmara Municipal de Monte Sião

Estância Hidromineral - Capital Nacional da Moda Tricô
CEP: 37.580-000 - Estado de Minas Gerais



TERMO DE REMESSA

Em 05 de dezembro de 2023, no Setor de Protocolo da Câmara Municipal de Monte Sião, certifico que remeti, via Sistema de Gestão Legislativa, o **Projeto de Resolução nº 12/2023** para a Procuradoria Jurídica e para a Comissão de Justiça e Redação, tendo em vista o despacho do Presidente da Câmara Municipal, e para constar lavrei este termo.

Atesto que o prazo para emissão de parecer pela Procuradoria Jurídica é até 05 de fevereiro de 2024, nos termos do art. 58 c/c art. 6º, § 2º e art. 221, todos do Regimento Interno.

Também informo que o prazo para protocolo de anexos é até 12 de fevereiro de 2024, nos termos do art. 109 c/c art. 6º, § 2º e art. 221, todos do Regimento Interno.

Por fim, o prazo para emissão de pareceres pelas comissões é até 20 de fevereiro de 2024, nos termos do art. 57, III c/c art. 6º, § 2º e art. 221, todos do Regimento Interno, tendo em vista a suspensão dos prazos regimentais no período de recesso legislativo.

Monte Sião, em 05 de dezembro de 2023.

ÉLBER ANTONIELLE DONIZETE VERONEZ
AGENTE ADMINISTRATIVO I



Câmara Municipal de Monte Sião

Estância Hidromineral - Capital Nacional da Moda Tricô
CEP: 37.580-000 - Estado de Minas Gerais



Câmara Municipal de Monte Sião-MG.

Protocolo Nº 1524/2023

Data: 06/12/2023 Hora: 08:32:08

Natureza: Parecer

PROCURADORIA JURÍDICA

Parecer Nº 1

Projeto de Resolução nº 12/2023 - "Dispõe sobre o Regime de Adiantamento de Despesas no âmbito da Câmara Municipal de Monte Sião".

Autor do Projeto: Mesa Diretora

Data: 05 de Dezembro de 2023.

I – RELATÓRIO

1. Trata-se de parecer jurídico sobre o Projeto de Resolução nº 12/2023, de autoria da MESA DIRETORA desta Casa, que "Dispõe sobre o Regime de Adiantamento de Despesas no âmbito da Câmara Municipal de Monte Sião".

2. Instruem o pedido, no que interessa: (i) Minuta do Projeto de Resolução nº 12/2023 e; (ii) Justificativa.

2.1. Dispõe o Projeto de Resolução da seguinte redação:

CAPÍTULO I DO ADIANTAMENTO

Art. 1º - Considera-se Adiantamento de Despesa, para fins desta Resolução, a entrega de recurso a vereador ou servidor para o fim de realizar despesas que, por sua natureza, não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação, nos seguintes casos:

I – despesas judiciais ou cartorárias com urgência justificada;



Câmara Municipal de Monte Sião

Estância Hidromineral - Capital Nacional da Moda Tricô
CEP: 37.580-000 - Estado de Minas Gerais



II - despesas pequenas de Pronto Pagamento realizadas dentro e fora dos limites territoriais do Município;

Art. 2º - Para fins do disposto nesta Resolução, consideram-se despesas pequenas de Pronto Pagamento aquelas classificáveis como material de consumo e serviços de terceiros, para atender, exclusivamente, despesas que se destinem a:

I - aquisição de material de consumo e prestação de pequenos serviços necessários à manutenção e ao funcionamento das atividades específicas da Câmara Municipal;

II - despesas que exijam ações imediatas, em situações de emergência e que envolvam solução de problemas que possam acarretar prejuízos ao funcionamento das atividades da Câmara Municipal.

Art. 3º - É vedada a realização de despesas pelo regime de adiantamento nos seguintes casos:

I - Aquisição de material de uso ou consumo a longo prazo, com manutenção de estoque próprio;

II - Aquisição de equipamentos e materiais permanentes que por suas características ou natureza, exijam o registro no Setor de Patrimônio, classificada como despesa de capital;

III - serviços de terceiros ou fornecimentos que possam ser atendidos mediante contrato formal;

IV - ajuda de custo;

V - aquisição de combustível dentro do limite territorial do Município;

VI - pagamento de multas por infração à legislação de trânsito, as quais serão suportadas pelo vereador ou servidor responsável.

§ 1º - É vedada a aplicação do adiantamento em despesa de classificação diversa daquela para o qual foi o mesmo autorizado.

§ 2º - Não será concedido adiantamento com prazo de aplicação após o exercício financeiro correspondente.

Art. 4º - Nenhum adiantamento poderá ser superior ao limite de 2% (dois por cento) do valor estabelecido no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, com suas alterações posteriores.



Câmara Municipal de Monte Sião

Estância Hidromineral - Capital Nacional da Moda Tricô
CEP: 37.580-000 - Estado de Minas Gerais



Parágrafo Único - A somatória anual dos adiantamentos previstos neste capítulo, não poderão ultrapassar o percentual de 20% (vinte por cento) do estabelecido no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

CAPÍTULO II

DO ADIANTAMENTO DE DESPESAS PARA VIAGENS TERRESTRES

Art. 5º - As despesas com pedágios, estacionamento, combustíveis, taxis, passagens terrestres, transportes urbanos e demais despesas imprevisíveis durante a realização de viagens oficiais, serão objeto de Adiantamento de Despesa que deverão ser solicitadas com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis, por meio de formulário próprio, o qual conste informações mínimas, na forma estabelecida no art. 8º desta Resolução.

CAPÍTULO III

DO ADIANTAMENTO DE DESPESAS PARA VIAGENS AÉREAS

Art. 6º - As despesas com passagens aéreas serão objeto de Adiantamento de Despesa que deverão ser solicitadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis por meio de formulário próprio, o qual conste informações mínimas, na forma estabelecida no art. 8º desta Resolução.

CAPÍTULO IV

DO PROCEDIMENTO PARA SOLICITAÇÃO DO ADIANTAMENTO

Art. 7º - A concessão de Adiantamento está condicionada às seguintes etapas:

I – A requisição de Adiantamento de Despesa será realizada à Diretoria Geral, que processará o requerimento com base na análise do cronograma mensal de desembolso, observados os prazos e limites fixados na presente resolução, e encaminhará ao Controle Interno para que este analise e diligencie quanto a despesa de adiantamento.

II – Considerado legítimo o requerimento de Adiantamento pelo Controle Interno, bem como se observado os prazos e limites estabelecidos, o pedido será encaminhado à Presidência da Câmara para apreciação.

III – Deferido o requerimento de Adiantamento de Despesa pela Presidência da Câmara, a solicitação será encaminhada ao Setor de Contabilidade para empenho em dotação orçamentária própria, emitidas a favor de cada responsável por adiantamento.



Câmara Municipal de Monte Sião

Estância Hidromineral - Capital Nacional da Moda Tricô
CEP: 37.580-000 - Estado de Minas Gerais



arquivado.

IV – Indeferido o requerimento ou considerado ilegítimo, será este

Art. 8º - No formulário de requerimento deverá constar no mínimo:

I – data do requerimento;

II – nome do requerente;

III – cargo do requerente;

IV – finalidade e justificativa da despesa;

V – data e horário de saída e retorno, quando for o caso;

VI – data prevista para utilização da despesa pequena de Pronto

Pagamento;

VII – valor solicitado;

VIII – dados para pagamento;

IX – Assinatura do Requerente.

CAPÍTULO V DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 9º - A prestação de contas dos recursos provenientes de adiantamentos, bem como a respectiva liquidação da despesa, deverá ocorrer no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do término do período autorizado de utilização da despesa.

§ 1º - Os saldos dos adiantamentos não utilizados serão recolhidos à conta corrente da Câmara Municipal de Monte Sião, mediante depósito identificado onde constará o nome do responsável.

§ 2º - Para fins de fechamento de exercício, a devolução de saldo de numerário e a prestação de contas do adiantamento deverão ser realizadas até o dia 20 de dezembro.

Art. 10 - A prestação de contas será feita pelo destinatário do recurso e para cada adiantamento recebido, a qual deverá ser devidamente instruída de conformidade com os elementos e critérios estabelecidos nesta resolução e nas normas específicas a serem baixadas pelo órgão de Controle Interno da Câmara Municipal de Monte Sião.

§ 1º - As despesas de adiantamento somente serão consideradas regulares mediante apresentação de documentos fiscais válidos e aceitos pelo Setor de Contabilidade da Câmara Municipal, juntamente com o relatório resumido das despesas realizadas, a serem analisadas pelo Controle Interno.

§ 2º - Consideram-se documentos fiscais válidos para efeitos desta resolução, notas e cupons fiscais, que contenham no mínimo a razão social da empresa, endereço, número do CNPJ ou CPF no caso de pessoa física, bem como o valor unitário e total pago e a descrição do serviço e/ou produto.



Câmara Municipal de Monte Sião

Estância Hidromineral - Capital Nacional da Moda Tricô
CEP: 37.580-000 - Estado de Minas Gerais



§ 3º - Os comprovantes da prestação de contas do adiantamento deverão estar de acordo com o objetivo do adiantamento, sob pena de ser considerado irregular a despesa.

Art. 11. As prestações de contas serão encaminhadas pelos responsáveis pelo adiantamento ao órgão de Controle Interno da Câmara Municipal de Monte Sião dentro do prazo estipulado no art. 9º da presente resolução.

§ 1º - Vencido o prazo, pelo atraso na prestação de contas, o responsável pela solicitação ficará automaticamente impedido de solicitar novo adiantamento pelo período de 30 (trinta) dias, a contar de quando se findou o estipulado no art. 9º desta resolução.

§ 2º - Caberá ao Controle Interno verificar a tempestividade e comunicar a Diretoria Geral da sanção prevista no parágrafo anterior, devendo ainda intimar, formalmente, o responsável pelo adiantamento, no primeiro dia útil subsequente ao do vencimento do prazo, para fazê-lo em até 02 (dois) dias, contados a partir da data de recebimento da referida intimação.

§ 3º - Recebida a prestação de contas e constatada a ocorrência de erros de natureza formal, despesas irregulares ou em desacordo com esta resolução, o Controle Interno abrirá ao responsável pelo adiantamento, prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, para a necessária retificação, sob pena de aplicação do disposto no § 1º.

§ 4º - Não sendo atendida a intimação de que tratam os §§ 2º e 3º deste artigo, será imediatamente instaurada pelo Controle Interno procedimento de Tomada de Contas Especial, observando-se o estabelecido pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

§ 5º - As contas rejeitadas, total ou parcialmente, face à constatação de prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte dano ao erário, também acarretarão a instauração de Tomada de Contas Especial a que se refere o § 4º deste artigo, bem como impedirá o responsável pelo adiantamento de realizar nova solicitação até que seja restituída a quantia correspondente e seja a Câmara Municipal devidamente reparada.

§ 6º - O Controle Interno adotará as mesmas providências contidas no parágrafo anterior, quando constatar que o responsável pelo adiantamento se omitiu no dever de prestar contas.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS



Câmara Municipal de Monte Sião

Estância Hidromineral - Capital Nacional da Moda Tricô
CEP: 37.580-000 - Estado de Minas Gerais



Art. 12 - Os processos e demais expedientes relativos aos adiantamentos ficarão arquivados à disposição do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Art. 13 - O Controle Interno da Câmara Municipal de Monte Sião expedirá normas específicas com relação à aplicação e prestação de contas dos recursos concedidos a título de adiantamento, bem como dos modelos a serem utilizados para requisição e respectiva prestação de contas.

Art. 14 - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Resolução nº 467, de 05 de dezembro de 2017.

3. É o relatório. OPINO.

II – FUNDAMENTAÇÃO

5. Observo, preliminarmente, que a análise a ser feita por esta Procuradoria Jurídica limita-se aos aspectos técnico-jurídicos da questão suscitada, não ingressando nos aspectos de conveniência, oportunidade ou adequação técnico administrativa das medidas a ela referentes, visto que tal matéria foge à expertise e à competência legal deste órgão jurídico.¹

6. O artigo 18 da Constituição Federal de 1988, inaugurando o tema da organização do Estado, prevê que “A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, **todos autônomos**, nos termos desta Constituição.” O termo “autonomia política”, sob o ponto de vista jurídico, congrega um conjunto de capacidades conferidas aos entes federados para instituir sua organização, legislação, administração e governo próprios.

7. A autoadministração e a autolegislação, contemplando o conjunto de competências materiais e legislativas previstas na Constituição Federal para os Municípios, é tratada no artigo 30 da Lei Maior, nos seguintes termos:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

III - instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;

IV - criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual;

V - organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;

¹ Esse achado foi sintetizado no manual de boas práticas consultivas da AGU: “o órgão consultivo não deve emitir manifestações conclusivas sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência e oportunidade”.



Câmara Municipal de Monte Siao

Estância Hidromineral - Capital Nacional da Moda Tricô
CEP: 37.580-000 - Estado de Minas Gerais



- VI - manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)
- VII - prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população;
- VIII - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;
- IX - promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.

8. A medida que se pretende instituir se insere, efetivamente, na definição de interesse local, pois, segundo Alexandre de Moraes, "interesse local refere-se aos interesses que disserem respeito mais diretamente às necessidades imediatas do município, mesmo que acabem gerando reflexos no interesse regional (Estados) ou geral (União)." (Constituição do Brasil Interpretada e Legislação Constitucional. 9ª ed., São Paulo: Atlas, 2013, p. 740). Assim, a matéria constante na proposta se subsume efetivamente ao interesse local, na medida em que dispõe sobre a concessão de premiações pela Câmara Municipal.

9. O processo legislativo brasileiro - conjunto das disposições que regulam o procedimento a ser seguido pelos órgãos competentes pela elaboração das leis e dos atos normativos - é composto por um conjunto de espécies normativas. O processo legislativo é matéria essencialmente constitucional e os tipos de espécies normativas estão previstos na Constituição Federal, em seu artigo 59, sendo Propostas de Emenda à Constituição (PEC), Projetos de Lei Complementar (PLP), Projetos de Lei Ordinária (PL), Projetos de Decreto Legislativo (PDC), Projetos de Resolução (PRC) e Medidas Provisórias (MPV):

Art. 59. O processo legislativo compreende a elaboração de:

- I - emendas à Constituição;
- II - leis complementares;
- III - leis ordinárias;
- IV - leis delegadas;
- V - medidas provisórias;
- VI - decretos legislativos;
- VII - **resoluções.**

10. O direito brasileiro é organizado em um sistema de escalonamento das normas jurídicas, sendo a Constituição Federal de 1988 o diploma paradigma para a elaboração de todas as demais espécies legislativas. Em função da hierarquia das normas, exsurge do ordenamento jurídico o princípio da continuidade das leis, segundo o qual, "Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue" (art. 2º, LINDB). Diante disso, uma determinada norma jurídica só pode ser alterada ou revogada por meio de outra norma da mesma hierarquia; do contrário, a nova espécie legislativa não terá a aptidão de atingir a norma primária.

11. A espécie normativa "**Resolução**" é uma norma que tem como objetivo regular matérias de competência das Casas Legislativas, sendo de competência privativa dessas e gerando, de regra, efeitos internos. A Resolução é uma deliberação político-administrativa do parlamento que deve observar o processo legislativo, não estando sujeita a sanção do Poder Executivo. Obedece a procedimentos próprios estabelecidos no Regimento Interno de cada Casa Legislativa, sendo promulgadas pelo próprio Poder Legislativo.



Câmara Municipal de Monte Sião

Estância Hidromineral - Capital Nacional da Moda Tricô
CEP: 37.580-000 - Estado de Minas Gerais



12. Na lição lapidar Hely Lopes Meirelles, a “Resolução é deliberação do plenário sobre matéria de sua exclusiva competência e de interesse interno da Câmara, sendo promulgada por seu presidente. **Não é lei, nem simples ato administrativo: é deliberação político-administrativa.** Obedece ao processo legislativo da elaboração das leis, mas não se sujeita a sanção e veto do Executivo.” (in Direito Municipal Brasileiro. 16ª ed., p. 674, São Paulo, Malheiros, 2008).

13. Posta estas premissas, passa-se a análise do caso propriamente dito.

14. Por constitucionalidade formal deve-se entender a compatibilidade do projeto com as regras básicas do processo legislativo, insculpidos na Magna Carta, e que são de observância obrigatória por todos os entes federados. É chamada de formal, na medida em que demanda um exame da forma de procedimento adotado para a elaboração de uma determinada norma (ou, em outras palavras, exige o exame do processo de formação da norma).

15. A incompatibilidade do procedimento adotado para a elaboração de uma norma, com alguma regra do processo legislativo insculpida na Constituição (e reproduzida na Lei Orgânica do Município por necessidade de simetria com o modelo federal), gera um vício de inconstitucionalidade formal.

16. A inconstitucionalidade formal pode ser de duas espécies. Quando a inconstitucionalidade é relacionada com a tramitação é denominada inconstitucionalidade formal objetiva. Já quando a inconstitucionalidade é relacionada com a competência para a iniciativa do processo legislativo, denomina-se de inconstitucionalidade formal subjetiva.

16.1. Controlar a constitucionalidade significa impedir a eficácia de normas contrárias à Constituição e, para tanto, a defesa da Carta Maior pressupõe a existência de garantias e institutos destinados a assegurar a observância, a aplicação, a estabilidade e a conservação das suas normas.

16.2. O controle de constitucionalidade é definido como o ato de submeter à verificação de compatibilidade de normas de um determinado ordenamento jurídico com os comandos do parâmetro constitucional em vigor, formal e materialmente (forma, procedimento e conteúdo), retirando do sistema jurídico (nulificando ou anulando) aquelas que com eles forem incompatíveis.

16.3. Desta forma, para que uma norma infraconstitucional seja válida e eficaz, se faz necessário estar em consonância com as normas constitucionais. Sendo assim, entende-se que as normas constitucionais são criadas para serem integralmente cumpridas. O princípio da supremacia constitucional procura colocar a Carta Magna como um caminho a ser seguido por todo sistema infraconstitucional, podendo se dar tanto no plano formal, quanto no material.

16.4. Até os entes da federação encontram limites no princípio da supremacia constitucional, uma vez que tanto governo federal, quanto os governos estaduais e municipais sofrem limitações impostas pela Constituição Federal. Nesse sentido, pode-se afirmar que a Constituição Federal da República figura no sistema jurídico pátrio como norma suprema, ou



Câmara Municipal de Monte Siao

Estância Hidromineral - Capital Nacional da Moda Tricô
CEP: 37.580-000 - Estado de Minas Gerais



seja, todas as demais derivam dela e consequentemente não podem ir de encontro a esta. Contudo, caso isso ocorra, serão expurgadas do ordenamento jurídico.

17. Feitas tais observações preliminares, passa-se para o exame da regularidade formal da presente proposição.

18. Dispõe os arts. 49-A da LOM e o 98 do RICMMS:

Art. 49-A. Projeto de Resolução é a proposição destinada a regular assuntos de autonomia interna da Câmara, de natureza político-administrativa e versará sobre a sua Diretoria Administrativa, a Mesa Diretora e os Vereadores, sendo promulgada pelo Presidente da Câmara no prazo de 48 (quarenta e oito) horas de sua aprovação definitiva.

Parágrafo único. Constitui matéria de projeto de resolução:

I - Destituição de membro da Mesa Diretora;

II - Assuntos de autonomia interna da Câmara Municipal;

III - Alteração do Regimento Interno da Câmara Municipal;

IV - Transferência temporária da sede da Câmara Municipal, nos termos do seu Regimento Interno.

Art. 98. Projeto de Resolução é a proposição destinada a regular assuntos de autonomia interna da Câmara, de natureza político-administrativa e versará sobre a sua Diretoria Administrativa, a Mesa Diretora e os Vereadores, sendo promulgada pelo Presidente da Câmara no prazo de 48 (quarenta e oito) horas de sua aprovação definitiva.

Parágrafo único. Constitui matéria de projeto de Resolução:

I - Destituição de membro da Mesa Diretora;

II - Assuntos de autonomia interna da Câmara Municipal;

III - Alteração deste Regimento Interno;

IV - Transferência temporária da sede da Câmara, nos termos deste Regimento.

19. Tem-se que do ponto de vista estritamente formal, não há vício presente projeto de resolução.

20. Ressalto que está correta a espécie de projeto utilizada no caso em tela. Dispõe expressamente o art. 49-A da Lei Orgânica do Município que os projetos de resolução disporão sobre assuntos de interesse interno. Soma-se a essa diretriz, o art. 98 do Regimento interno.

21. Ainda, tratando-se de reestruturação normativa já existente no âmbito da Câmara Municipal, outra não poderia ser a espécie de proposição adotada, que não um projeto de resolução.

22. Diferentemente, não merece reparo a iniciativa do projeto de resolução (vício nomoestático). O projeto foi desencadeado por pela Mesa Diretora. Dispõe expressamente o art. 95 do Novo Regimento Interno ser competência privativa da Mesa Diretora, o seguinte:

Art. 95. É de competência exclusiva da Mesa Diretora da Câmara a iniciativa das Leis que disponham sobre:



Câmara Municipal de Monte Siao

Estância Hidromineral - Capital Nacional da Moda Tricô
CEP: 37.580-000 - Estado de Minas Gerais



I - a autorização para abertura de créditos suplementares ou especiais, através do aproveitamento total ou parcial das consignações orçamentárias da Câmara;

II - organização dos serviços administrativos da Câmara, criação, transformação ou extinção de seus cargos, empregos e funções e fixação da respectiva remuneração.

III - Instituição e organização do regime jurídico de seus servidores;

IV - Plano de cargos, carreiras e salários.

§ 1º Nos projetos de competência exclusiva da Mesa Diretora, não serão admitidas Emendas que aumentem a despesa prevista, ressalvado o disposto na parte final do inciso II deste artigo, se assinada pela maioria absoluta dos Vereadores.

§ 2º As matérias de competência exclusiva da Mesa Diretora deverão ser assinadas pela maioria de seus componentes.

§ 3º Havendo empate nas deliberações da Mesa Diretora, o Presidente da Câmara terá direito ao voto de qualidade, isto é, terá seu voto computado em dobro.

23. Desta feita, a iniciativa confirma a competência exclusiva da Mesa, tendo em vista a reorganização de limites envolvendo adiantamentos e demais dinheiros no âmbito do Poder Legislativo.

24. Do ponto de vista da competência da Câmara Municipal para editar a presente resolução, não restam dúvidas. Conforme se deflui das normas já comentadas acima, a capacidade de dispor sobre sua própria estrutura administrativa é típica prerrogativa da Câmara Municipal. É tal prerrogativa, aliás, normalmente denominada pela doutrina de capacidade de autoadministração do Poder Legislativo.

25. Por regularidade material deve se entender a compatibilidade vertical entre o conteúdo do Projeto de Lei e os princípios e normas constitucionais. Difere-se da regularidade formal, pois neste último caso analisam-se aspectos atinentes à iniciativa e formalidades do processo legislativo, já verificados nos itens anteriores.

26. Diante disso, examinando o pano de fundo do Presente Projeto de Resolução, situações há, no entanto, cujas características, relacionadas ao objeto da contratação, impedem a adoção do regime regular de execução de despesas públicas. Hipóteses em que o pagamento, quanto ao que aqui interessa, ocorre antes mesmo do exaurimento da obrigação assumida pela parte contratada. A própria Lei nº 4.320, de 1964, assim o prevê ao estabelecer, em seu art. 68, o regime de adiantamento do pagamento. Aplicável, segundo seus termos, aos casos de despesas expressamente definidos em lei, sempre precedida de empenho na dotação própria para o fim de realizar despesas que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação.

27. A jurisprudência do Tribunal de Contas da União é composta de manifestações que corroboram o entendimento da possibilidade, excepcional, de antecipação do pagamento. Desde que o interesse público subjacente à contratação assim o justifique.

28. Colhendo-se, nesse sendo, a título exemplificativo, a manifestação do Plenário do Tribunal no Acórdão de nº 1160/2016, de relatoria do Ministro Augusto Nardes. Na qual



Câmara Municipal de Monte Siao

Estância Hidromineral - Capital Nacional da Moda Tricô
CEP: 37.580-000 - Estado de Minas Gerais



Estavam assentadas premissas à admissão do pagamento antecipado, com base na jurisprudência da Corte de Contas. Retirando-se do acórdão os seguintes excertos:

15. Não preciso lembrar aos meus pares, tampouco ao Ministério Público junto ao Tribunal, pois Vossas Excelências têm vasta experiência na Administração Pública, das dificuldades inerentes ao exercício da função dos gestores públicos que, submetidos ao princípio da legalidade, somente podem fazer aquilo que está prescrito na lei.

16. Mas, de outro lado, como a lei não tem condições de prever todas as situações de fato possíveis de ocorrer, exige-se desses gestores, dentro desse limite, algum alargamento da atuação que, se espera, seja sempre fundamentado e tendo como finalidade o atingimento do interesse público.

[...]

22. Sobre essa matéria, em julgado desta Corte do qual fui relator, Acórdão nº 1879/2011 - Plenário, considere que é indevido o pagamento antecipado por obras, serviços ou aquisições, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados.

23. Essa, aliás, é a jurisprudência predominante no Tribunal, que admite a antecipação de pagamento, desde que em situações excepcionais, devidamente justificadas pelo interesse público e observadas as devidas cautelas e garantias. Resgato alguns precedentes, a partir de pesquisa na jurisprudência selecionada desta Corte:

"A antecipação de pagamento somente deve ser admitida em situações excepcionais, devidamente justificadas pelo interesse público e observadas as devidas cautelas e garantias. Acórdão 1565/2015 - Plenário | Relator: VITAL DO RÊGO

É vedado o pagamento sem a prévia liquidação da despesa, salvo para situações excepcionais devidamente justificadas e com as garantias indispensáveis (arts. 62 e 63, § 2º, inciso III, da Lei 4.320/64; arts. 38 e 43 do Decreto 93.872/86. Acórdão 0158/2015 - Plenário | Relator: WALTON ALENCAR RODRIGUES

Pode ser admitida a antecipação de pagamentos em casos excepcionais, desde que devidamente justificados, considerando as peculiaridades de cada caso e as garantias oferecidas, que devem ser suficientes ao resguardo do interesse da administração. Em tal caso, devem ser promovidas as devidas justificativas no âmbito do processo de contratação, com informação detalhada dos benefícios e riscos auferidos com essa antecipação. Acórdão 3003/2010 - Plenário | Relator: VALMIR CAMPELO

O pagamento antecipado não é vedado pelo ordenamento jurídico, contudo, é admitido apenas em situações excepcionais. A possibilidade de pagamento adiantado deve ser condicionada à existência de interesse público devidamente demonstrado,



Câmara Municipal de Monte Siao

Estância Hidromineral - Capital Nacional da Moda Tricô
CEP: 37.580-000 - Estado de Minas Gerais



previsão no edital e exigência de garantias. Acórdão 3614/2013 - Plenário | Relator: BENJAMIN ZYMLER"

Em regra, os pagamentos relativos a contratos devem ser efetuados após o regular cumprimento das obrigações. Pagamentos antecipados somente devem ser admitidos quando houver garantias suficientes de ressarcimento ao erário em caso de não cumprimento obrigacional, comprovada economia de recursos e desde que haja a devida justificativa. Acórdão 0496/2012 - Plenário | Relator: RAIMUNDO CARREIRO

29. Compreende-se, pois, a despeito da sistemática de execução de despesas públicas pela legislação, a existência de situações passíveis de não serem enquadradas na moldura inicialmente pensada pelo legislador. Situações essas decorrentes das circunstâncias fáticas e das características que são próprias ao objeto da contratação. Cujas presença indica ao gestor público um cenário de completa incompatibilidade entre o cumprimento do rito ordinário de execução da despesa pública e a execução em si do objeto da contratação na qual materializado o interesse público.

30. Nessas hipóteses, o afastamento da exigência da liquidação para fins de pagamento estaria calcada na demonstração da excepcionalidade da medida e no atendimento do interesse público. Ao que o Tribunal de Contas da União fez somar, segundo entendimento consolidado, cautelas e requisitos outros destinados a garantir a efetiva entrega do objeto da contratação; ou, a devolução da quantia dada em pagamento.

31. Vale ressaltar que a construção desse entendimento, conquanto decorrente de situações específicas e excepcionais, se deu ao longo de períodos de normalidade. Em que o cenário fático-jurídico não apresenta particularidades outras que não as naturais ao exercício da atividade administrava. E decorre, unicamente, da amplitude e variedade do universo de situações em que se depara o gestor público no exercício diário de seu múnus.

32. Podemos afirmar que a remuneração devida aos servidores não se confunde com as verbas de caráter indenizatório, pagas para lhes ressarcir de despesas que tenham em razão do exercício do cargo e no interesse do serviço público, devendo a motivação ser compatível com as atividades finalísticas do órgão ou entidade a que se vinculem.

33. O fundamento do pagamento de qualquer verba de natureza indenizatória é a vedação ao enriquecimento sem causa da Administração Pública. Com efeito, uma vez que um agente público tenha custos com atividades relacionadas às suas atribuições funcionais, de interesse da entidade com que guarda vínculo de trabalho e não de seu interesse pessoal, tem a Administração Pública o dever de restituir esses custos.

34. As verbas indenizatórias não podem acarretar acréscimo patrimonial do agente público, e seu pagamento está sujeito ao dever genérico de prestar contas, ínsito à atividade administrativa de modo geral conforme a lição clássica de Hely Lopes Meirelles²:

"O dever de prestar contas é decorrência natural da administração como encargo de gestão de bens e interesses

² MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo: Malheiros, 2005, p. 109



Câmara Municipal de Monte Sião

Estância Hidromineral - Capital Nacional da Moda Tricô
CEP: 37.580-000 - Estado de Minas Gerais



alheios. Se o administrar corresponde ao desempenho de um mandato de zelo e conservação de bens e interesses de outrem, manifesto é que quem o exerce deverá contas ao proprietário. (...)

Daí o dever de todo administrador público - agente político ou simples funcionário - de prestar contas de sua gestão administrativo, e nesse sentido é a orientação de nossos tribunais."

35. Nesse passo, é de se observar que dois são os procedimentos costumeiramente utilizados para pagamento de verbas indenizatórias a fim de ressarcir gastos com hospedagem, alimentação e transporte nos deslocamentos de agentes públicos a serviço: as diárias e os adiantamentos. No que toca a este projeto, as diárias consistem em valores predeterminados em ato normativo válido, devendo ser fixadas em vista dos princípios de razoabilidade, proporcionalidade e moralidade que orientam a atividade administrativa, para que correspondam gastos necessários e imprescindíveis a serem realizados pelo agente público no interesse do serviço.

36. Ressalte-se, também, que a utilização do sistema de diárias exige sempre a devida motivação circunstanciada e documentada para o deslocamento, e embora dispense um procedimento rígido de prestação de contas, exige devida comprovação de que as causas que justificam o seu pagamento, quais sejam, a necessidade de custeio de hospedagem, alimentação e transporte foram para o bom cumprimento das responsabilidades durante a viagem. A respeito do assunto, colacionamos o precedente do TCE/MG³, que subscrevemos integralmente:

"Indenização de Despesas de Viagem de Servidores Públicos e Agentes Políticos. Trata-se de Consulta formulada por Presidente de Câmara Municipal em que foi solicitado que esta Corte se manifestasse quanto à legalidade da indenização de despesas de viagem de agentes públicos sem a apresentação de comprovantes. (...) **Aduziu que os valores recebidos pelo servidor público ou por agente político estadual ou municipal em virtude da realização de viagem a serviço têm caráter indenizatório, sendo destinados a compensá-lo por gastos realizados com hospedagem, alimentação e locomoção. Afirmou que tal indenização deve se dar, preferencialmente, mediante o pagamento de diárias de viagem, previstas em lei e regulamentadas em ato normativo próprio do respectivo Poder, com prestação de contas simplificada e empenho prévio ordinário. Acrescentou que, na ausência de tal previsão, poderá a indenização ser paga em regime de adiantamento e com empenho prévio por estimativa, se houver autorização legal para tanto, ou através de reembolso, também com empenho prévio por estimativa. Aduziu que, nas hipóteses de adiantamento e de reembolso, será imprescindível a comprovação posterior de gastos pelo servidor público ou agente político, com rigorosa prestação de contas, em processo complexo, conforme enunciado de Súmula 79 - TCMG. Asseverou que em qualquer dessas situações, devem ser observados os princípios constitucionais da razoabilidade, da economicidade e da**

³ TCE/MG. Consulta 748370, Rel. Cons. Antônio Carlos Andrada, 20.05.2009,



Câmara Municipal de Monte Sião

Estância Hidromineral - Capital Nacional da Moda Tricô
CEP: 37.580-000 - Estado de Minas Gerais



moralidade quanto à natureza e ao montante do gasto, para que as despesas sejam consideradas regulares regulares. Visando à eficiência do controle interno e externo da gestão de recursos públicos, recomendou que os entes públicos regulamentem o pagamento de diárias de viagem, pois esta é a forma mais segura e transparente de se processar tais despesas. Por fim, destacou que, com base no art. 216 do RITCMG, esse entendimento, firmado no mesmo sentido das Consultas de nos 658053 e 725864, implica a reforma das teses das Consultas de nos 55757, 89572, 652407, 656186, 703945 e 748954, que dispunham sobre a matéria em outro sentido. O voto do Relator foi aprovado por unanimidade".

37. Enfim, em vista do caráter indenizatório das diárias e do adiantamento, não podem ser repassados ao agente público, valores para ressarcir custos que já foram ou estejam sendo suportados diretamente pela Administração Pública, que é uma, não importando se foram pagos pelo órgão de origem ou por outro ente federativo, seja ele Município, Estado ou União.

38. Concluí, portanto, que as diárias são verbas indenizatórias que não podem acarretar acréscimo patrimonial do servidor, e que embora tenham valor prefixado e se submetam a procedimento simplificado de prestação de contas, não podem ser pagas quando os custos com alimentação e pousada, a que visam indenizar, já tenham comprovadamente sido suportados pela entidade pública interessada.

39. É necessário consignar que o regime de adiantamento é aplicável aos casos de despesas expressamente definidos em lei, que não possam subordinar-se ao processo ordinário ou comum.

40. Consiste na entrega de numerário (de um determinado valor) para servidor, sempre precedida de empenho na dotação própria. (Lei Estadual n.º 10.320, de 16/12/68, artigo 6º, inciso II; Lei Federal n.º 4.320, de 17/03/64, artigo 68).

41. Assim, a propositura atende aos ditames legais, não havendo qualquer vício que a macule. Quanto a redação sugiro alterações no art. 14 do presente Projeto de Resolução, no sentido de retirar a expressão "revogadas disposições em contrário", como forma de cumprir o disposto no art. 9º da LC 95/98.

III – DA CONCLUSÃO

Todo o exposto trata-se de um parecer opinativo, ou seja, tem caráter técnico-opinativo que não impede a tramitação e até mesmo consequente aprovação. Nesse sentido é o entendimento do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL que, de forma específica, já expôs a sua posição a respeito, in verbis:

"O parecer emitido por procurador ou advogado de órgão da administração pública não é ato administrativo. Nada mais é do que a opinião emitida pelo operador do direito, opinião técnico-jurídica, que orientará o administrador na tomada da decisão, na prática do ato administrativo, que se constitui na execução ex officio da lei. Na oportunidade do julgamento, porquanto envolvido na espécie simples

[illegible][illegible]

1. The first step is to identify the problem or question that needs to be answered. This involves understanding the context and the specific requirements of the task.

Journal of Management Education 30(6)br/>© The Author(s)
10.1177/0095687406288106
<http://jme.sagepub.com>

the 1990s, the number of people in the world who are under 15 years of age is expected to increase from 1.1 billion to 1.5 billion. The number of people aged 65 and over is expected to increase from 200 million to 400 million. The number of people aged 15 and over is expected to increase from 3.5 billion to 4.5 billion. The number of people aged 15 and over is expected to increase from 3.5 billion to 4.5 billion. The number of people aged 15 and over is expected to increase from 3.5 billion to 4.5 billion.

[illegible]

Journal of Management Education 30(6)

the 1990s, the number of people in the world who are under 15 years of age is expected to increase from 1.1 billion to 1.5 billion. The number of people aged 65 and over is expected to increase from 250 million to 450 million. The number of people aged 15 and over is expected to increase from 3.5 billion to 4.5 billion. The number of people aged 15 and over is expected to increase from 3.5 billion to 4.5 billion. The number of people aged 15 and over is expected to increase from 3.5 billion to 4.5 billion.

the 1990s, the number of people in the world who are undernourished has declined from 1.1 billion to 800 million. The number of people who are malnourished has declined from 1.5 billion to 1 billion. The number of people who are obese has increased from 100 million to 300 million. The number of people who are overweight has increased from 100 million to 300 million. The number of people who are obese and overweight has increased from 100 million to 300 million. The number of people who are obese and overweight has increased from 100 million to 300 million.



Câmara Municipal de Monte Sião

Estância Hidromineral - Capital Nacional da Moda Tricô
CEP: 37.580-000 - Estado de Minas Gerais



parecer, ou seja, ato opinativo que poderia ser, ou não, considerado pelo administrador." (Mandado de Segurança nº 24.584-1 - Distrito Federal - Relator: Min. Marco Aurélio de Mello – STF.)

É o parecer, que ora submeto, à apreciação da digna Comissão de Constituição, Justiça e Redação desta Casa.

Assim sendo, este Procurador opina pela legalidade e constitucionalidade do presente Projeto de Resolução nº 12/2023, ressalvado o item 41 deste parecer.

Este é o parecer, salvo melhor juízo.

Monte Sião, 05/12/2023

Vinicius Elvio Lozano
Procurador Jurídico
OAB/MG 221.635





Câmara Municipal de Monte Siao

Estância Hidromineral - Capital Nacional da Moda Tricô
CEP: 37.580-000 - Estado de Minas Gerais



Câmara Municipal de Monte Siao-MG.

Protocolo Nº 1553/2023

Data: 11/12/2023 Hora: 16:28:58

Natureza: Parecer

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Parecer Nº 2

Projeto de Resolução nº 12/2023 - “Dispõe sobre o Regime de Adiantamento de Despesas no âmbito da Câmara Municipal de Monte Siao”.

Autor do Projeto: Mesa Diretora

Data: 11 de Dezembro de 2023.

A Comissão de Justiça e Redação da Câmara Municipal de Monte Siao - MG, examinando detida e minuciosamente o presente Projeto de Resolução, verificou sua constitucionalidade, sendo de parecer favorável para que o mesmo seja submetido à única votação, observado o disposto na legislação vigente, em especial o estabelecido no Regimento Interno da Casa e na Lei Orgânica do Município de Monte Siao - MG.

AUSENTE

Maurício Zucato Júnior
Presidente da Comissão

Angélica Artuso de Souza
Relatora

Décio Fred
Vice-Presidente